



Fundação Embratel de Seguridade Social

Política de Investimentos (2022 -2026)

PBD
Plano de Benefício Definido

ÍNDICE:

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

1.1. O ano de 2021

1.2. Para o período de 2022 a 2026

2. OBJETIVOS DA GESTÃO

3. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

3.1. Renda Fixa

3.2. Renda Variável

3.3. Investimentos Estruturados

3.4. Investimentos no Exterior

3.5. Imobiliário

3.6. Operações com Participantes

3.7. Limites de Alocação

4. DIVERSIFICAÇÃO

4.1. Renda Fixa

4.2. Renda Variável

4.3. Investimentos Estruturados

4.4. Investimento no Exterior

4.5. Imobiliário

4.6. Operações com Participantes

4.7. Limites de Alocação e Concentração por emissor e por Investimentos

5. GESTÃO TELOS - OPERAÇÕES

6. GESTÃO TERCEIRIZADA

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

8. DERIVATIVOS

9. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E GOVERNANÇA

11. MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES

12. SEPARAÇÃO DE REONSABILIDADES E ALÇADAS

13. RENTABILIDADES NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

14. OPERAÇÕES COM PATROCINADORES

15. COMUNICAÇÃO COM OS PARTICIPANTES

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

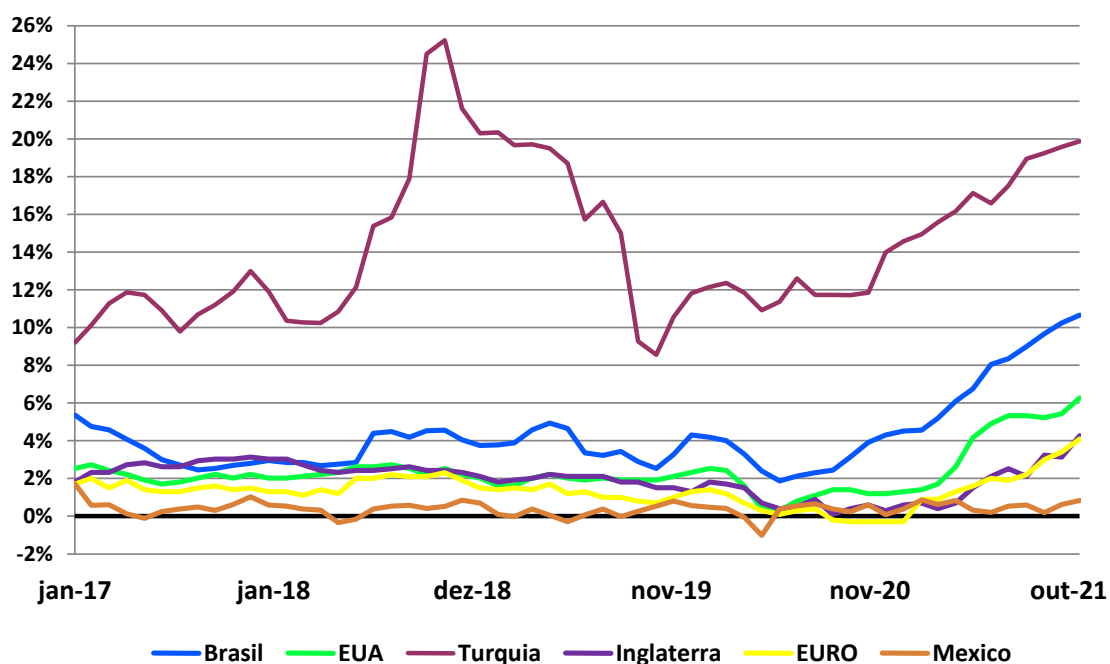
1.1. O ano de 2021

Cenário Externo

No ano de 2021, vimos a continuação da pandemia do COVID-19, que gerou novas ondas e variantes pelo mundo. Essas ondas tiveram impactos negativos na atividade, devido a necessidade de restrições de mobilidade, mas foram menores do que os impactos de 2020. Isso foi em parte devido aos grandes auxílios que os governos criaram para combater os efeitos econômicos da pandemia, e em parte ao fato de que as empresas e agentes econômicos já estavam mais preparados para essas restrições, após as experiências de 2020. E um ponto muito importante foi a vacinação, que começou ainda no final de 2020 em alguns países, e avançou ao longo do ano. A vacinação foi essencial para garantir reaberturas mais amplas, dando possibilidade para a retomada da economia global.

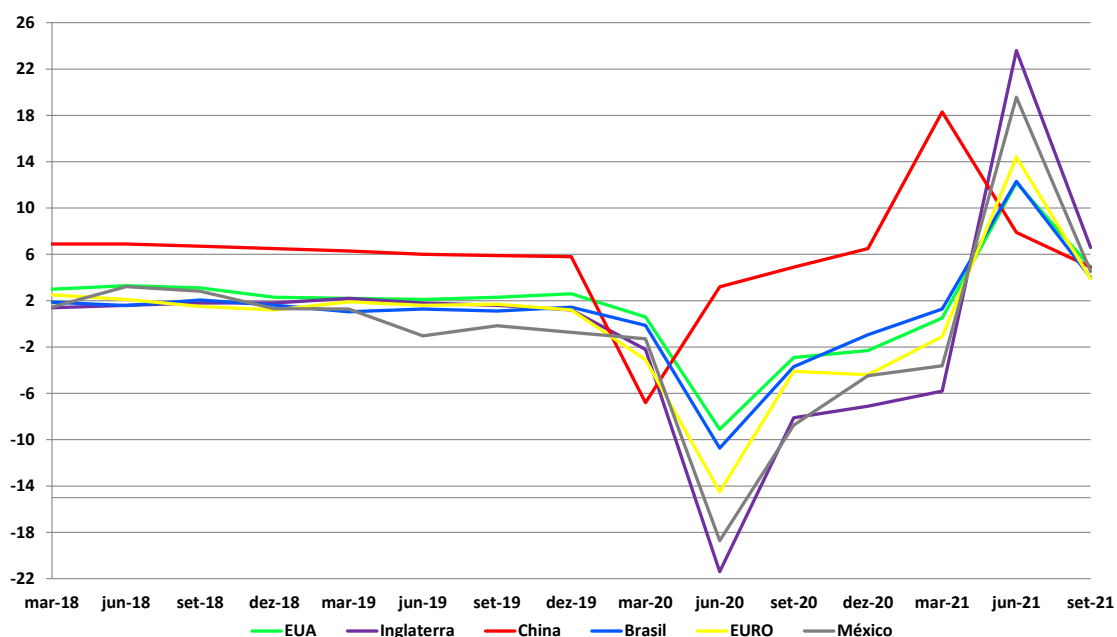
Outro ponto marcante do ano de 2021 foi a aceleração e disseminação da inflação pelo mundo. É importante recordar que os países desenvolvidos, como EUA e membros da Zona do Euro, viviam um período de inflação muito baixa havia mais de uma década. Mas em 2021, vimos a inflação atingir os níveis mais altos em décadas inclusive nestes países. Alguns destaques são a inflação do consumidor americano, atingindo mais de 6% ao ano, e a inflação do produtor na Alemanha, que passou de 18% ao ano. O gráfico abaixo mostra a inflação do consumidor em diversos países, e podemos notar a aceleração ao longo de 2021.

Inflação do Consumidor: Ano contra ano anterior (Fonte: Bloomberg)



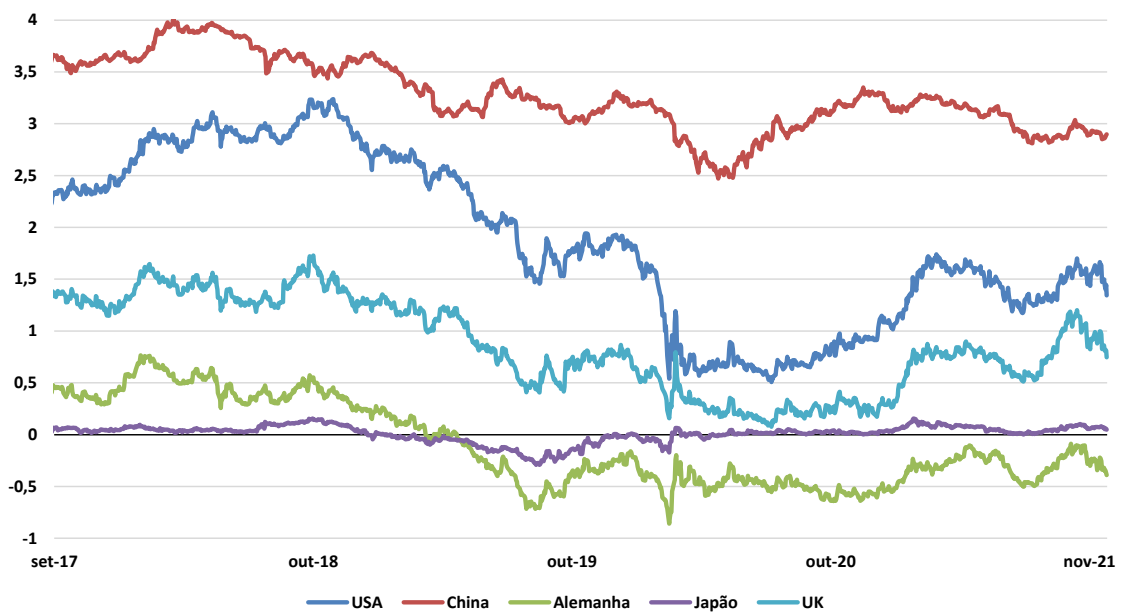
Em termos de atividade, o mundo viu uma forte recuperação no final de 2020 e começo de 2021, com as reaberturas das economias e as fortes políticas fiscal e monetária adotadas pelos governos, de forma expansionista. Porém, ao longo do ano, como já se era esperado, houve desaceleração do ritmo de crescimento da atividade. Essa trajetória pode ser visualizada no gráfico abaixo.

PIB: Ano contra ano anterior (Fonte: Bloomberg)



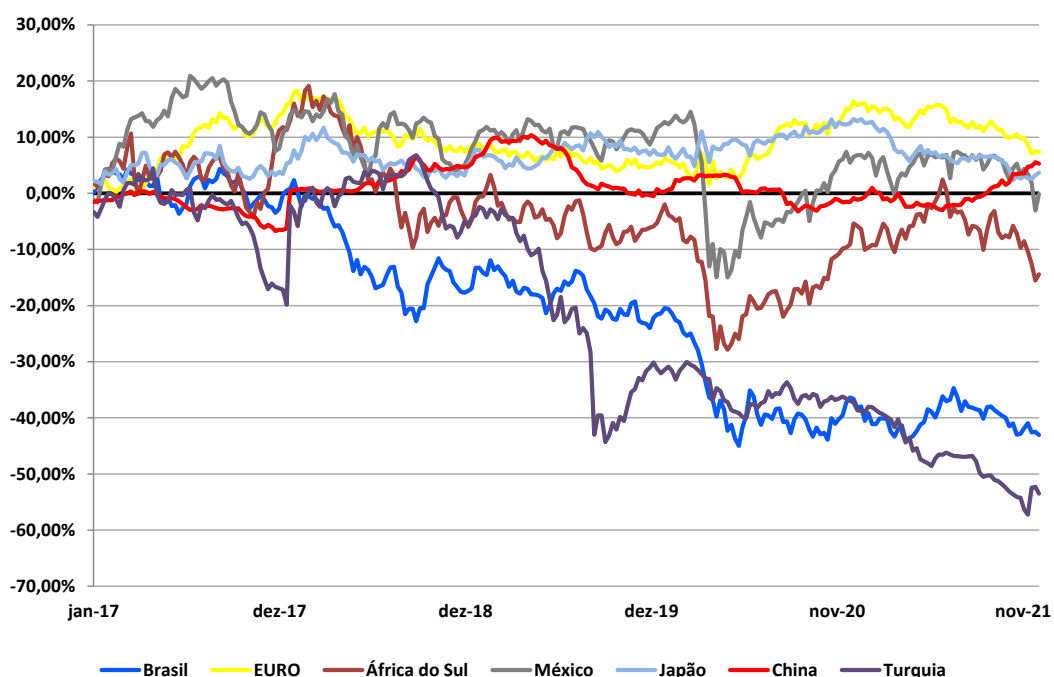
Quanto aos juros, eles haviam atingido níveis muito baixos em 2020, devido a política monetária expansionista que foi adotada para sustentar as economias ao longo da pandemia. Com a aceleração da inflação em 2021, os juros futuros começaram a subir, com o mercado já prevendo a necessidade de alta nos juros para conter esse surto inflacionário. Nos países em desenvolvimento, já vemos esse ciclo de alta de juros acontecendo, e ano que vem, se espera que o mesmo ocorrerá nas economias desenvolvidas.

Juros Globais: Taxas dos Títulos 10 Anos - 2017-2021 (Fonte: Bloomberg)



No câmbio, ocorreu uma recuperação das moedas dos países em desenvolvimento no começo de 2021, com aumento do otimismo global, que já vislumbrava um desfecho para a pandemia. O surto inflacionário, porém, levou a perspectiva de aumento dos juros pelos EUA e outros países desenvolvidos, e isso impactou negativamente os países em desenvolvimento. Esse impacto, porém, não foi uniforme, com alguns países sofrendo mais do que outros, principalmente aqueles que adotaram políticas fiscais muito frouxas e expansionistas.

Câmbio: Moedas em relação ao USD - 2017-2021 (Fonte: Bloomberg)



Cenário Interno

No começo de 2021, o Brasil passou por uma onda muito forte da pandemia do COVID-19. Foram necessárias novas rodadas de medidas restritivas, e com isso o governo teve que decretar uma nova rodada de auxílios. O resultado disso acabou sendo mais uma piora das contas do governo e aumento do risco fiscal brasileiro.

Quanto ao desempenho da economia, tivemos uma boa recuperação da atividade, após a forte queda de 2020, mas a questão é que muita dessa recuperação foi impulsionada pelos auxílios emergenciais do governo. No segundo semestre, a atividade começou a perder o fôlego, e alguns economistas já temem uma recessão técnica.

A inflação brasileira foi bem acima da meta no ano de 2021. O IGP, que mede a inflação do atacado, já havia sido muito forte em 2020, mas acompanhado de um IPCA, inflação ao consumidor, levemente acima da meta. Porém, em 2021, vimos a aceleração do IPCA e a manutenção do IGP em patamares elevados.

Em parte, isso acompanhou o fenômeno global, mas foi amplificado pelas incertezas políticas e gastos excessivos do governo.

1.2. Para o período de 2022 a 2026

Cenário Externo

O ano de 2022 trará novos desafios para a economia global. A pandemia ainda é uma incerteza, com novas variantes, como a Omicron, causando graves preocupações, e demandando novas estratégias de vacinação. Existe, porém, um otimismo que as novas variantes não serão tão fortes quanto as primeiras, e de que as vacinas conseguirão atingir um bom nível de proteção, mesmo que requerendo novas rodadas.

A inflação, que inicialmente havia sido considerada como transitória, agora já preocupa como sendo algo persistente. Assim, o mercado acompanhará de perto a inflação dos EUA e outros países, e a ação do FED e dos outros bancos centrais, ao longo do ano de 2022. A expectativa é de uma alta de juros pela maioria dos países.

Em termos geopolíticos, também teremos bastante incerteza. A tensão entre EUA e China, e também Rússia, tem se escalado, gerando dificuldades para os investimentos. Nos EUA, teremos eleições de meio-mandato no Congresso, o que pode levar a uma perda de maioria ao Presidente Biden, dificultando seu governo. E na China, teremos eleições no Partido Comunista, o que pode gerar volatilidade e incertezas no mercado.

Cenário Interno

O mercado hoje precifica um ano muito ruim para a economia brasileira em 2022, inclusive com possibilidade de recessão. A inflação deve ceder, mas somente com uma alta expressiva dos juros, a taxa Selic que hoje está em 9,25% e a expectativa para o próximo ano é de mais dois aumentos. Com isso, o juro real do Brasil pode passar dos 7% ao ano em 2022. A questão fiscal

segue sendo outro grande problema. E além disso, ocorrerão as eleições de 2022, que deverão gerar muita volatilidade. Com isso, a expectativa para o ano de 2022 é de muita incerteza, mas como muito disso já está sendo precificado pelos mercados, sempre existe possibilidade de uma melhora em caso de cenários mais benignos que o previsto.

Seguem abaixo as estimativas de diversos indicadores da economia doméstica para os próximos anos, extraídas do relatório Focus, produzido pelo Banco Central do Brasil, divulgado em 03/12/2021.

Data	2021	2022	2023	2024	2025
IGP-M	17,47%	5,40%	4,00%	4,00%	4,00%
IPCA	10,18%	5,02%	3,50%	3,10%	3,00%
SELIC	9,25%	11,25%	8,00%	7,00%	7,00%
Dólar	R\$ 5,56	R\$ 5,55	R\$ 5,40	R\$ 5,30	R\$ 5,35
Juros Reais	-0,84%	5,93%	4,35%	3,78%	3,88%
PIB	4,71%	0,51%	1,95%	2,10%	2,00%

Dados de 03/12/2021

2. OBJETIVOS DA GESTÃO

O Plano de Benefício Definido (PBD) da TELOS é um plano maduro, já em fase de amortização, fechado para novas inscrições, com meta atuarial de taxa de juros aprovada no plano de custeio + índice de inflação definido pelo conselho deliberativo da TELOS, que busca pela sua gestão:

- Obter uma rentabilidade piso equivalente a meta atuarial (taxa de juros aprovada no plano de custeio + índice de inflação definido pelo conselho deliberativo da TELOS) acrescida de 0,50%;
- Investir em ativos de baixo risco de crédito;
- Aplicar majoritariamente recursos em ativos líquidos de forma a garantir o pagamento dos benefícios previdenciários.

3. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

3.1. Renda fixa

No ano de 2021, as taxas de juros no Brasil subiram, devido a alta da inflação. O cenário externo foi desafiador, com inflação disseminada pelo mundo, inclusive nos EUA, e puxada pelas commodities. Esse cenário obrigou o Banco Central a iniciar uma política contracionista de juros.

Para o ano de 2022, a expectativa é de que o Banco Central encerre ao longo do primeiro semestre esse movimento de elevação dos juros. A questão fiscal brasileira continuará um ponto essencial, e ainda teremos eleições, que adicionarão muita volatilidade e incerteza aos mercados. A pandemia do COVID-19 ainda segue gerando temores. Sendo assim, teremos mais um ano desafiador.

Nesse ambiente, a TELOS continuará avaliando todas as opções no segmento de renda fixa, mas também manterá postura criteriosa nas suas avaliações de risco.

3.2. Renda Variável

Para o ano de 2022, manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento. Pretendemos continuar investidos como no ano de 2021, principalmente em relação a fundos de investimentos em ações.

3.3. Investimentos Estruturados

Para o ano de 2022, manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento. Pretendemos continuar investidos como no ano de 2021, principalmente em relação a fundos multimercados.

3.4. Investimentos no Exterior

Por conta dos desafios fiscais e políticos da economia brasileira, entendemos que é um bom momento para buscar diversificar nossos investimentos para ativos estrangeiros. Nosso intuito é buscar diversificar nossa carteira e obter a possibilidade de rendimentos acima da Selic.

Sendo assim, manteremos o limite de alocação para o segmento de investimentos no exterior e avaliaremos oportunidades de investimentos neste segmento, principalmente em relação a fundos de investimentos que investem diretamente em fundos estrangeiros.

3.5. Imobiliário

Apesar do cenário desafiador, avaliaremos possibilidades de redução da exposição no segmento, caso surjam oportunidades.

No entanto, manteremos o limite de alocação do ano anterior para o segmento de imóveis.

3.6. Operações com Participantes

Manteremos a revisão constante da concessão de empréstimos e financiamentos, à luz da meta atuarial da Fundação.

3.7. Limites de Alocação para 2022 (Posição em 30/11/2021)

	PL (R\$ Mil)	Atual	Alvo	2022		2021	
				MÍN	MÁX	MÍN	MÁX
Renda Fixa	R\$ 3.561.619,79	91,7%	89,4%	65%	100%	65%	100%
Títulos Públicos	R\$ 3.561.473,20	91,7%	89,4%	65%	100%	65%	100%
Títulos Privados	R\$ -	0,0%	0,0%	0%	20%	0%	20%
Renda Variável	R\$ 45.027,87	1,2%	1,5%	0%	5%	0%	5%
Investimentos Estruturados	R\$ 53.771,15	1,4%	1,7%	0%	3%	0%	3%
Investimento no Exterior	R\$ -	0,0%	1,5%	0%	4%	0%	4%
Imóveis	R\$ 213.327,99	5,5%	5,5%	0%	7%	0%	7%
Empréstimos Financiamentos	R\$ 8.704,44	0,2%	0,4%	0%	3%	0%	3%
TOTAL	R\$ 3.882.451,24						

4. DIVERSIFICAÇÃO

A TELOS observa todos limites e requisitos da Resolução nº 4.661, de 2018, do Conselho Monetário Nacional.

4.1. Renda Fixa

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - até 100% (cem por cento) dos recursos de cada plano em:

a) títulos da dívida pública mobiliária federal interna; e

b) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas carteiras visem refletir as variações e rentabilidade de índice de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa) composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna;

II - até 80% (oitenta por cento) dos recursos de cada plano em:

a) ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras; e

c) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que visem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa), nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

III - até 20% (vinte por cento) dos recursos de cada plano em:

a) títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014;

b) obrigações de organismos multilaterais emitidas no País;

c) ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancárias ou não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

d) debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;

e) cotas de classe de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB); e

f) cédulas de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA);

4.2. Renda Variável

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - até 70% (setenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança;

II - até 50% (cinquenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial;

III - até 10% (dez por cento) dos recursos de cada plano em Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e

IV - até 3% (três por cento) dos recursos de cada plano em certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.

4.3. Investimentos Estruturados

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I - respeitado o limite máximo de que trata o caput, até 15% (quinze por cento) dos recursos do plano em cada um dos seguintes ativos financeiros:

a) cotas de fundos de investimento em participações (FIP);

b) cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM); e

- c) cotas de fundos de investimento classificados como “Ações – Mercado de Acesso”, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;
II - até 10% (dez por cento) dos recursos do plano em certificados de operações estruturadas (COE).

4.4. Investimento no Exterior

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

- I – cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;
- II – cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil;
- III – cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;
- IV – cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;
- V – Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e
- VI – ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores.

4.5. Imobiliário

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

- I – cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII);

II – certificados de recebíveis imobiliários (CRI); e

III – cédulas de crédito imobiliário (CCI).

4.6. Operações com Participantes

Uma vez apresentados os limites máximos de alocação para o segmento, a TELOS adicionalmente respeitará todos os limites de alocação para o segmento descritos na Resolução CMN 4.661/18, conforme:

I – empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos; e

II – financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.

4.7. Limites de Alocação e Concentração por Emissor e de Concentração por Investimentos

Para os limites de alocação e concentração por emissor e de concentração por investimentos, manteremos os limites previstos na Resolução CMN 4.661/18, conforme capítulo VI e descritos nos artigos 27 e 28.

5. GESTÃO TELOS - OPERAÇÕES

Para a realização de operações de compra e venda de ativos de renda fixa e renda variável, a TELOS dispõe de um ranking de corretoras, que é atualizado anualmente e privilegia as instituições líderes de mercado, sólidas e com um bom relacionamento com a Fundação.

Nesse processo de seleção de corretoras são inseridos questionários com perguntas eliminatórias, processo de *due-dilligence* e avaliação de critérios subjetivos.

Para a execução de operações no mercado de renda fixa, sempre utilizamos Plataformas Eletrônicas de Negociação.

A seleção da corretora a ser utilizada para a execução de uma operação, seja de renda fixa quanto de renda variável, leva em consideração o menor custo financeiro para a Fundação.

6. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO TERCEIRIZADA

Todo o processo de contratação de gestores das carteiras de renda fixa e renda variável é regido por normas internas, e é dividido em cinco etapas, descritas a seguir:

- **Pré-Seleção** - As empresas gestoras a serem consideradas para o processo deverão possuir um volume mínimo de recursos sob gestão. Este limite mínimo aplica-se igualmente a gestores ligados ou não a instituições financeiras.
- **Análise Comparativa de Desempenho dos Gestores** - Para a análise do desempenho, os gestores serão separados em dois grupos: gestores que já administram recursos da TELOS e gestores que não administram recursos da TELOS.

No primeiro grupo, será comparada a qualidade dos gestores com base na amostra de fundos da TELOS. A comparação entre gestores é feita através de ferramentas quantitativas que analisam os históricos de rentabilidade e risco, levando em conta os regulamentos e os perfis dos fundos.

No segundo grupo, além das comparações descritas no parágrafo anterior, a análise de desempenho será realizada através da comparação de vários indicadores com um grande grupo de fundos no mercado:

- **Análise dos Custos Envolvidos** - Nesta etapa serão analisados os custos de administração e gestão propostos por cada instituição selecionada.
- **Processo de *Due-Diligence*** - Nesta etapa obtemos informações detalhadas sobre a empresa gestora de recursos, incluindo os aspectos técnicos, operacionais e gerenciais relevantes, e a qualidade de atendimento ao cliente.
- **Critérios Qualitativos** - Esta última etapa da análise consolida os resultados apurados nas etapas anteriores, indicando quais gestores têm estrutura operacional, técnica, gerencial e de suporte ao cliente adequada, segundo os parâmetros definidos pela equipe da TELOS.

A TELOS também observa as normas internas de Escolha de Custodiante e Administrador Fiduciário de Fundos Exclusivos, Carteira Administrada e Própria e os Procedimentos de Contratação de Serviço e Aquisição de Materiais que visam estabelecer critérios para seleção, acompanhamento e avaliação dos prestadores de serviços.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015, que inclui todo o processo de seleção, acompanhamento e

avaliação de prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundo de investimento descritos neste capítulo.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A TELOS realiza internamente o gerenciamento dos riscos do plano. Esse controle é dividido da seguinte forma:

- Análise do Risco de Mercado e Liquidez – Medidas de monitoramento de risco são aplicadas aos fundos, tais como o VaR utilizado para monitorar as carteiras de renda fixa e que consiste na medição da estimativa de perda potencial esperada dos fundos em um determinado período de tempo e dentro de um intervalo de confiança; e o *Tracking-Error*, utilizado para as carteiras de renda variável, que mede o risco de os fundos não conseguirem acompanhar a performance do seu *benchmark*.
- Análise do Risco de Crédito e Liquidez - Realizamos o monitoramento dos limites internos e legais, assim como a classificação de risco (baixo e médio/alto risco de crédito) dos ativos a fim de mitigar o risco de inadimplência ou *default* de seus emissores e contrapartes.
- Análise das Operações com Derivativos – Ainda que as operações com derivativos tenham o objetivo de proteger a carteira de oscilações de mercado, estas podem incorrer em perdas. Assim, realizamos acompanhamentos diários de forma a não ultrapassar os limites internos e legais.
- Análise de Risco Sistêmico - Monitoramento constante dos indicadores internos e externos e acompanhamento detalhado dos principais acontecimentos globais a fim de proteger a rentabilidade dos fundos contra fatores exógenos prejudiciais.
- Análise de Risco Operacional e Legal - Manutenção do constante treinamento de seus funcionários, mapeamento de riscos e a adoção de medidas que resultem em mais segurança e transparência para a Fundação. Tais atividades resultaram na inclusão do Processo de Gestão de Investimentos no Sistema de Qualidade da TELOS no final de 2009.
- Análise de Longo Prazo e Liquidez: A TELOS, por possuir um passivo de longo prazo de maturação, não necessita manter 100% de seus investimentos em ativos que tenham liquidez, porém devemos provê-la ao longo do tempo de forma a cumprir nossos compromissos atuariais. Para tal monitoramento, chamado de ALM (*Asset Liability Management*), a TELOS realiza simulações com diferentes cenários de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com o participante de forma a avaliar a solvência do plano, e de auxiliar na gestão ao apontar os volumes ótimos de vencimentos para a carteira do plano.

A TELOS realiza o monitoramento do risco dos investimentos, que verifica a aderência dos fundos à política de Investimentos, legislações aplicáveis, regulamento dos fundos e limites estabelecidos internamente. A TELOS, além do controle de risco executado pelo administrador fiduciário contratado, também possui o Comitê de Risco que é responsável por elaborar e monitorar as políticas e diretrizes para tolerância e controle de risco de mercado e de crédito dos investimentos realizados. O Comitê de Risco composto por 6 (seis) membros:

- Diretor Financeiro;
- Gerente Financeiro;
- Gerente de Investimentos;
- Gerente de Controladoria;
- Gerente de Normas e Atuária, e
- Analista de Risco.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015, que dá ênfase para a gestão de risco.

8. DERIVATIVOS

Como descrito no item 7, a TELOS mantém o acompanhamento diário das operações que envolvem derivativos, de forma que não excedam os limites na Política de Investimentos da TELOS e os estabelecidos pela Resolução CMN 4.661, no artigo 30 do capítulo VIII.

Na gestão interna, a TELOS poderá fazer o uso de derivativos com a finalidade de hedge das posições que compõem as carteiras. Já na gestão terceirizada, existe também a possibilidade de posições direcionais, porém, sempre limitadas pelos respectivos mandatos e à legislação vigente.

9. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

O apreçamento dos Títulos e Valores Mobiliários que compõem as carteiras dos Fundos de Investimentos Exclusivos de gestão da TELOS e de terceiros, assim como a carteira própria, é feito pelo administrador fiduciário da TELOS.

10. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E GOVERNANÇA

A TELOS é aderente aos princípios de responsabilidade socioambiental, prezando pelo respeito ao meio ambiente, convívio social e boas práticas de Governança.

A TELOS observa princípios socioambientais na gestão dos recursos, acompanhando permanentemente investimentos em melhorias dos processos operacionais com impactos positivos ao meio ambiente nos ativos que detém. Nas análises de crédito privado e novos investimentos, licenças e impactos ambientais são sempre discutidos. Novas ferramentas estão sendo desenvolvidas para aumentar o escopo do nosso compromisso de investimento responsável.

Na administração dos recursos dos gestores terceirizados, dada a discricionariedade do mandato, os princípios socioambientais são observados sempre que possível. A fundação não é signatária de protocolos de regras.

A TELOS adota as melhores práticas de governança corporativa para assegurar, em conjunto com todas as áreas, o alcance dos principais objetivos do negócio: eficiência e eficácia; exatidão e integridade; confiabilidade; efetivo controle dos riscos; mitigação de potenciais conflitos de interesse; e conformidade com leis e regulamentos. Para consolidar os princípios e práticas de governança, a TELOS conta com o Comitê de Compliance, Comitê de Risco, Código de Comportamento Ético e Código de Conduta da Área de Administração Financeira, dentre outros mecanismos descritos nesta própria política.

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015 em que, dentre outros assuntos, leva em consideração aspectos socioambientais e de governança no processo decisório.

A TELOS aderiu em 09 de junho de 2009 ao Código Operacional de Mercado da ANBIMA, inclusive no que concerne à observância dos princípios e regras contidos no Código de Ética da ANBIMA.

Mantemos padrões de responsabilidade e transparência na gestão dos recursos de forma a atender os interesses dos nossos participantes e patrocinadores.

11. MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES

Os conflitos de interesses surgem principalmente quando os interesses pessoais de seus empregados e/ou interesses de terceiros interferem nos interesses da Fundação.

A TELOS reconhece a possibilidade de que seus empregados guardem relações de parentesco ou afinidade com participantes, fornecedores e outros agentes.

Essa situação em si não é proibida. No entanto, em observância ao espírito ético da nossa cultura empresarial, qualquer empregado que se encontre neste tipo de situação deverá se abster de participar do atendimento, tramitação ou resolução de assuntos nos quais tenha interesse pessoal, familiar ou de negócios, e informar essa circunstância ao seu superior imediato, que, por sua

vez, a comunicará à Diretoria Executiva. Nesse contexto, devemos ter presente, a todo tempo, que nossa primeira obrigação profissional é com a Fundação.

Além disso, todo empregado deve se abster de estabelecer qualquer tipo de relação ou realizar qualquer tipo de atividade - incluindo manter vínculo de trabalho subordinado com outras pessoas ou prestar serviços por conta própria – que interfira em seu desempenho na Fundação, que seja incompatível com as suas funções na Fundação ou que traga riscos de causar danos à imagem da TELOS.

Também devemos nos abster de aceitar presentes, gratificações ou cortesias que possam nos criar um compromisso, influenciar nas nossas decisões ou afetar as relações comerciais da empresa.

Em certas relações comerciais, a aceitação de refeições, lanches e outros tipos de hospitalidade é considerada normal e se considera que não influencia as decisões de uma pessoa. Essas cortesias devem ser reportadas e autorizadas previamente pelo superior imediato, estar dentro de parâmetros de normalidade e limitar-se ao mínimo, e deve haver reciprocidade.

Além disso, a TELOS, no artigo 27 do seu estatuto consta que os diretores e conselheiros, respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau, não poderão efetuar operações financeiras e comerciais de qualquer natureza com a TELOS, salvo quanto a operações de empréstimos e financiamentos como Participantes e Assistidos, de acordo com a legislação vigente. São vedadas relações comerciais entre a TELOS e empresas das quais qualquer diretor ou conselheiro seja diretor, gerente, acionista majoritário, sócio empregado ou procurador.

O disposto parágrafo precedente não se aplica à relações entre a TELOS e as suas patrocinadoras, relações estas que visarão sempre à consecução dos fins da TELOS e ao benefício dos Participantes.

12. SEPARAÇÃO DE REPONSABILIDADES E ALÇADAS

A TELOS dispõe de um Sistema de Gestão de Qualidade certificado pela ISO 9001:2015 em que, dentre outros assuntos, detalha o processo de investimentos da TELOS, com a devida separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância, que segue abaixo:

- Comitê de Gestão - Participam o Diretor Financeiro da TELOS (Presidente do comitê), o Gerente de Investimentos e o Gerente Financeiro. O Comitê de Gestão está subordinado à Diretoria Executiva. No Comitê são abordados assuntos relacionados aos investimentos da

TELOS, incluindo o monitoramento, elaboração de mandatos e análise das estratégias da Gestão Terceirizada. Oportunidades de investimentos poderão ser apresentadas aos demais membros do Comitê. Cabe ao Comitê avaliá-las e decidir pela execução das mesmas, desde que estas estejam de acordo com a Política de Investimentos da Fundação, com a legislação vigente e ainda, tenham o seu financeiro total inferior ou igual a 2% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), com exceção para o segmento de Imóveis. Caso o segmento seja de imóveis ou o financeiro superior a 2%, a proposta deverá ser encaminhada à Diretoria Executiva. Em cada reunião do Comitê é confeccionada Ata sumária, que contém a decisão dos assuntos abordados, todas as operações realizadas no período pela Gerência de Investimentos e outras informações relativas à Gestão TELOS e Terceirizada.

- Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva analisa as oportunidades de investimentos que lhe forem encaminhadas. Caso julgue que a oportunidade não seja atrativa, esta é diretamente descartada. Se a Diretoria Executiva julgar a oportunidade de investimento atrativa e o financeiro total da operação for inferior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), de acordo com o Estatuto da TELOS, esta será aprovada, com exceção para o segmento de Imóveis. Se a Diretoria Executiva julgar a oportunidade de investimento atrativa e esta for do segmento de Imóveis, ou se o financeiro total da operação for superior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), de acordo com o Estatuto da TELOS esta será submetida ao Conselho Deliberativo.
- Conselho Deliberativo - O Conselho Deliberativo analisa as oportunidades de investimentos que lhe forem encaminhadas. Caso julgue que a oportunidade não seja atrativa, esta será descartada. Se o Conselho Deliberativo julgar a oportunidade de investimento atrativa, de acordo com o Estatuto da TELOS esta será aprovada.
- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Andrea Morango Pittigliani
- Quadro de Alçadas e Responsabilidades:

Executor	Analista de Investimentos, ou Coordenador de Investimentos
Conferente	Analista de Investimentos, ou Coordenador de Investimentos, ou Gerente de Investimentos
Aprovação inferior ou igual a 2% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I).	Gerente de Investimentos
Aprovação entre 2% e 10% do	Diretoria Executiva

patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I).	
Aprovação igual ou superior a 10% do patrimônio total do plano em questão (PBD ou PCV I), ou segmento de Imóveis.	Conselho Deliberativo

13. RENTABILIDADES NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Segmento	PBD - Rentabilidade Líquida (%)									
	Rentabilidade em relação ao índice de Referência (índice de referência: IGP-DI + 3,90%)									
	2017	Acumulado 2017	2018	Acumulado 2017-2018	2019	Acumulado 2017-2019	2020	Acumulado 2017-2020	Dez2021	Acumulado 2017-2021
Renda Fixa:	6,79%	6,79%	13,30%	21,00%	12,67%	36,33%	27,38%	73,66%	20,36%	109,01%
	IGP-DI +7,24%	IGP-DI +7,24%	IGP-DI +5,79%	IGP-DI +6,52%	IGP-DI +4,62%	IGP-DI +5,88%	IGP-DI +3,49%	IGP-DI +5,28%	IGP-DI +2,22%	IGP-DI +4,66%
Renda Variável:	62,34%	62,34%	28,26%	108,22%	-0,24%	107,72%	6,16%	120,52%	-20,86%	74,51%
	IGP-DI +63,02%	IGP-DI +63,02%	IGP-DI +19,76%	IGP-DI +39,73%	IGP-DI -7,37%	IGP-DI +21,83%	IGP-DI -13,75%	IGP-DI +11,76%	IGP-DI -32,79%	IGP-DI +0,95%
Imobiliário:	5,43%	5,43%	9,23%	15,17%	5,18%	21,14%	4,66%	26,78%	25,99%	59,73%
	IGP-DI +5,88%	IGP-DI +5,88%	IGP-DI +1,99%	IGP-DI +3,92%	IGP-DI -2,33%	IGP-DI +1,79%	IGP-DI -14,97%	IGP-DI -2,69%	IGP-DI +7,01%	IGP-DI -0,82%
Investimentos Estruturados:	21,60%	21,60%	-1,43%	19,87%	8,50%	30,05%	0,66%	30,91%	2,30%	33,92%
	IGP-DI +22,12%	IGP-DI +22,12%	IGP-DI -7,96%	IGP-DI +6,01%	IGP-DI +0,74%	IGP-DI +4,23%	IGP-DI -18,22%	IGP-DI -1,9%	IGP-DI -13,11%	IGP-DI -4,26%
Operações com Participantes:	6,06%	6,06%	17,07%	24,16%	11,62%	38,59%	31,59%	82,37%	25,08%	128,11%
	IGP-DI +6,5%	IGP-DI +6,5%	IGP-DI +9,31%	IGP-DI +7,89%	IGP-DI +3,65%	IGP-DI +6,46%	IGP-DI +6,91%	IGP-DI +6,57%	IGP-DI +6,24%	IGP-DI +6,51%
Total do Plano:	9,00%	9,00%	13,46%	23,68%	12,08%	38,62%	25,29%	73,68%	19,62%	107,76%
	IGP-DI +9,46%	IGP-DI +9,46%	IGP-DI +5,94%	IGP-DI +7,69%	IGP-DI +4,07%	IGP-DI +6,47%	IGP-DI +1,8%	IGP-DI +5,28%	IGP-DI +1,6%	IGP-DI +4,53%

14. OPERAÇÕES COM PATROCINADORES

A TELOS não realizou operações em ativos financeiros ligados a patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora, conforme § 4º da Resolução nº 4.661, de 2018, do Conselho Monetário Nacional, observado o sigilo da informação.

15. COMUNICAÇÃO COM O PARTICIPANTE

A TELOS também disponibilizará em seu site institucional, além das informações mínimas exigidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), toda essa Política de Investimentos.